

RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA
ISSN 2763-8405

FATORES QUE AFETAM A ACEITAÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

FACTORS THAT AFFECT ACCEPTANCE OF SCHOOL MEALS

FACTORES QUE AFECTAN LA ACEPTACIÓN DE LA ALIMENTACIÓN ESCOLAR

Thamires da Silva Ribeiro[1], Giovanna Narciso Pitlovanciv[1], Magali Miranda Barcelos[1], Lilian Teodoro Tribst[1], Naiane Batalha Alves da Silva[1], Luciana Marcolino Cavalcante[1], Henrique Barbosa Bethoven[1], Henrique Almeida de Assis Costa[1], Maria Luzinete Rodrigues da Silva[1], Marcia Maria Hernandes de Abreu de Oliveira Salgueiro[1]

e36282
https://doi.org/10.53612/recisatec.v3i6.282

PUBLICADO: 06/2023

RESUMO

A alimentação escolar no Brasil, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar, é uma política que visa garantir a alimentação saudável nas escolas. Esse estudo teve por objetivo identificar os fatores que influenciam a aceitação da alimentação escolar, o qual se deu a partir da revisão narrativa da literatura, obtida por meio das bases de dados *Scientific Electronic Library Online, National Center for Biotechnology Information* e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, encontrou-se 38 artigos publicados nos últimos 10 anos. A partir da análise crítica da literatura, foram encontrados seis fatores que interferem diretamente na aceitação da alimentação escolar. Conclui-se que os fatores que interferem na aceitação da alimentação escolar são: atitudes comportamentais e preferências alimentares das crianças; inadequações de cardápios nas escolas, falta de padronização no porcionamento e de avaliação da aceitação das refeições oferecidas aos escolares; ausência de nutricionistas no âmbito escolar e suas implicações no cumprimento dos objetivos do Programa Nacional de Alimentação Escolar; falta de ações educativas promotoras da aceitação da alimentação escolar; dificuldades de estrutura e fiscalização dos gestores do programa e podem ser revertidos por meio da presença do nutricionista e fortalecimento de órgãos e o estigma social negativo da alimentação escolar considerada de caráter assistencialista.

PALAVRAS-CHAVE: Alimentação escolar. Política pública. Desperdício de alimentos. Planejamento de cardápio.

ABSTRACT

School feeding in Brazil, through the National School Feeding Program, is a policy that aims to ensure healthy eating in schools. This study aimed to identify the factors that influence the acceptance of school meals, which was based on a narrative review of the literature, obtained through the Scientific Electronic Library Online, National Center for Biotechnology Information and Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel found 38 articles published in the last 10 years. From the critical analysis of the literature, six factors were found that directly interfere in the acceptance of school meals. It is concluded that the factors that interfere with the acceptance of school meals are: behavioral attitudes and food preferences of children; the inadequacies of menus in schools, lack of standardization in portioning and evaluation of the acceptance of meals offered to students; absence of nutritionists in the school environment and its implications for the fulfillment of the National School Feeding Program objectives; lack of educational actions promoting the acceptance of school meals; difficulties of structure and supervision of program managers and can be reversed through the presence of the nutritionist and strengthening of the organs and the negative social stigma of school meals considered of a welfare nature.

KEYWORDS: *School feeding. Public policy. Food waste. Menu planning..*

RESUMEN

La alimentación escolar del INA en Brasil, a través del Programa Nacional de Alimentación Escolar, es una política que tiene como objetivo garantizar una alimentación saludable en las escuelas. Este estudio tuvo como objetivo identificar los factores que influyen en la aceptación de la alimentación

[1] Centro Universitário Adventista de São Paulo.



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA
ISSN 2763-8405

escolar, lo cual se basó en una revisión narrativa de la literatura, obtenida a través de las bases de datos Scientific Electronic Library Online, Centro Nacional de Información Biotecnológica y Coordinación para el Perfeccionamiento del Personal de Educación Superior, Se encontraron 38 artículos publicados en los últimos 10 años. A partir del análisis crítico de la literatura, se encontraron seis factores que interfieren directamente en la aceptación de la alimentación escolar. Se concluye que los factores que interfieren en la aceptación de la alimentación escolar son: actitudes conductuales y preferencias alimentarias de los niños; deficiencias de los menús en las escuelas, falta de estandarización en el porcionado y evaluación de la aceptación de las comidas ofrecidas a los estudiantes; falta de nutricionistas en el ámbito escolar y sus implicaciones para el cumplimiento de los objetivos del Programa Nacional de Alimentación Escolar; falta de acciones educativas que promuevan la aceptación de la alimentación escolar; las dificultades de estructura y supervisión de los directores de programas y pueden revertirse mediante la presencia de un nutricionista y el fortalecimiento de los órganos y el estigma social negativo de la alimentación escolar considerada como orientada al bienestar.

***PALABRAS CLAVE**: Alimentación escolar. Política pública. Desechos alimentarios. Planificación del menú.*

1 INTRODUÇÃO

As experiências relacionadas à aceitação de alimentos por crianças se iniciam na família. Atitudes simples como a inserção das crianças nas atividades que cercam a alimentação, o planejamento e desenvolvimento das refeições, comprar, passear em feiras, ajudar no preparo dos alimentos e desfrutar refeições em família são ações recomendadas pelo Guia Alimentar para a População Brasileira e ajudam a criança a desenvolver a aceitação de alimentos saudáveis (BRASIL, 2014).

A escola, neste contexto, é um ambiente propício para a implantação de atividades com objetivo de desenvolver hábitos de vida saudável, já que a infância é uma fase suscetível a internalizar novos aprendizados de forma acelerada. Quando são realizadas ações de forma lúdica relacionadas à alimentação, as crianças acabam adotando esse novo conhecimento no seu dia a dia e perpetuando novos hábitos (ALVES; CUNHA, 2020; LANAJO, 2021).

Na fase pré-escolar (2 a 6 anos) e escolar (7 a 10 anos) a criança tem como característica a autonomia em relação às suas preferências alimentares, além de desenvolver aversão a alguns tipos de alimentos, principalmente verduras, legumes e frutas. Essa dificuldade em experimentar alimentos desconhecidos que estão fora do costume alimentar, pode ser minimizada ou maximizada no contexto escolar, pois este é o momento que ela constrói laços sociais que influenciam suas escolhas alimentares (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2012).

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), implantado em 1955 no Brasil, é um programa de abrangência federal e tem como objetivo garantir a segurança alimentar e nutricional durante o período letivo, oferecendo uma alimentação balanceada, dentro das necessidades nutricionais de acordo com a faixa etária, o estado e condição de saúde de cada aluno, contribuindo assim para o desenvolvimento físico, intelectual, social, promovendo melhorias na formação de hábitos saudáveis e na aprendizagem (BRASIL, 2009).



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA
ISSN 2763-8405

A aceitação da alimentação escolar pelo aluno é um fator de suma importância para determinar se o serviço cumpre com os critérios estabelecidos pelo PNAE, mantendo assim a qualidade do programa proposta na legislação, além de conhecer os motivos que levam o aluno a rejeitar determinados alimentos causando assim desperdício nas unidades escolares e onerando o serviço prestado (GUIMARÃES, 2020).

Nesse sentido, ações educacionais de alimentação e nutrição devem ser consideradas no ambiente escolar, visando que a alimentação escolar não se restrinja apenas no ato de comer, mas que faça parte do desenvolvimento da autonomia das crianças possibilitando escolhas alimentares. É durante esse processo educacional que o professor possui um papel fundamental quando instiga e aguça a curiosidade do aluno, compartilhando significados e conceitos a serem internalizados em sua formação social, despertando a vontade de expressarem o seu direito de escolha, assim como também no ato de se alimentar (PEREIRA; NUNES; MOREIRA, 2020; SÁNCHEZ, 2020)

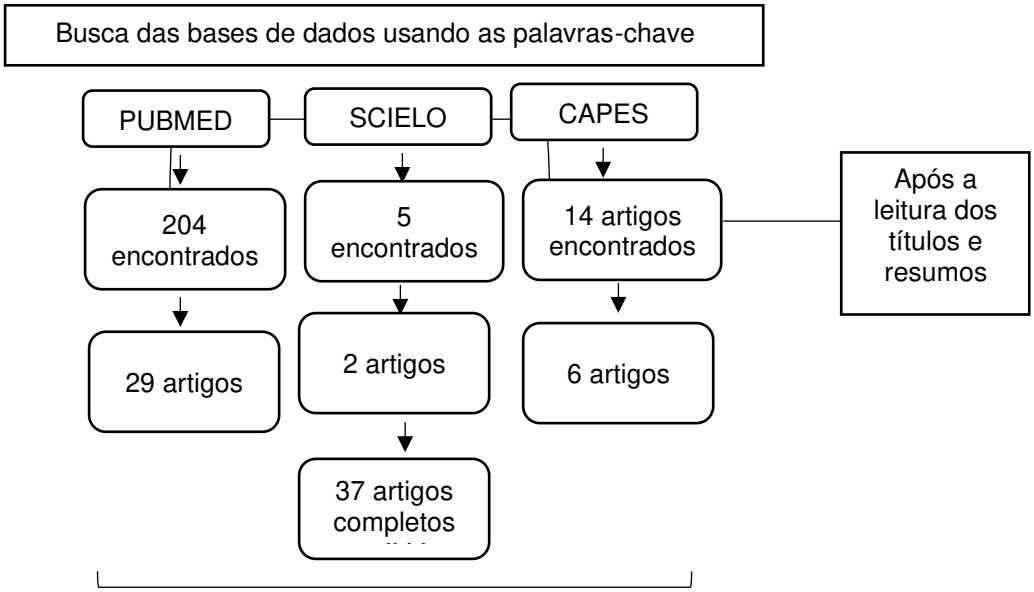
Diante disso, a escassez de literatura sobre o tema, dificulta a percepção dos fatores determinantes que limitam a aceitação da alimentação escolar pelas crianças. Assim, o presente estudo teve por objetivo identificar os fatores que influenciam a aceitação da alimentação escolar.

2- MÉTODO

Trata-se de um estudo de revisão narrativa visando relacionar uma síntese de evidências ligadas à temática escolhida, por meio de busca e análise crítica da literatura. Cuja coleta e análise de dados ocorreu entre os meses de setembro e outubro 2022, utilizando as bases de dados *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), *National Center for Biotechnology Information* (NCBI-PubMed) e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio dos seguintes descritores em português e inglês: “alimentação escolar” (*school food*), “crianças” (*children*), “aceitação” (*acceptance) e* “*Desperdício de alimentos” (food wastefulness)*, tendo sido estabelecido como critérios de inclusão artigos publicados nos últimos 5 anos (2018 a 2022), disponíveis nos idiomas português, inglês e espanhol, que apresentassem possíveis fatores que influenciam a aceitação da alimentação escolar a partir da avaliação prévia dos títulos e resumos. Assim, após a leitura prévia dos títulos e resumos para a seleção de artigos, foram selecionados 37 que tratavam do objetivo deste estudo. Foram realizadas leituras na íntegra desses artigos selecionados para elaboração do artigo.

RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA
ISSN 2763-8405

Fluxograma da seleção dos artigos (2018 A 2022)



3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise crítica e fichamentos dos artigos, foram encontrados alguns fatores que interferem diretamente na aceitação da alimentação escolar, o que ajuda a avaliar como as preferências e os hábitos alimentares influenciam de forma subjetiva e objetiva nas escolhas alimentares, a saber: Atitudes comportamentais e preferências alimentares das crianças; inadequações de cardápio nas escolas, falta de padronização no porcionamento e de avaliação da aceitação das refeições; ausência de nutricionistas no âmbito escolar e suas implicações no cumprimento dos objetivos do PNAE; falta de ações educativas promotoras da aceitação da alimentação escolar; dificuldades de infraestrutura e fiscalização dos gestores do programa e por fim o estigma social negativo da alimentação escolar considera de caráter assistencialista.

Atitudes comportamentais e preferências alimentares das crianças

As preferências alimentares são manifestadas ao longo da vida através de atitudes comportamentais. Os primeiros indícios estão antes mesmo do nascimento e relacionados às funções gustativas da dieta e nutrientes consumidos pela mãe. Fatores genéticos, sociais, culturais, ambientais e psicológicos também influenciam o processo de desenvolvimento e aprendizagem das preferências alimentares (JIMENO-MARTÍNEZ, MANESCHY, RUPEREZ & MORENO, 2021).

Machado & Höfelmann (2019) observam em cantinas escolares na cidade de Curitiba-PR, Brasil, a baixa oferta de opções saudáveis como frutas, verduras e legumes. Os administradores das cantinas justificaram a não comercialização desses alimentos, devido a falta de hábito dos alunos (7,4%), dificuldade de venda do produto (11,1%) e a recusa de consumo pelos alunos (29,6%).



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA
ISSN 2763-8405

Em um estudo realizado com pais e/ou cuidadores, os autores constataram que a neofobia alimentar é maior nos pais em comparação aos filhos. Neste caso, as reações comportamentais negativas de adultos quando novos alimentos são apresentados podem também ser reproduzidas pelas crianças (SILVA, 2018).

Inadequações de cardápios nas escolas, falta de padronização no porcionamento e de avaliação da aceitação das refeições oferecidas aos escolares

Quando se refere ao processo de produção de refeições, o porcionamento é outro aspecto importante que influencia a aceitação e impacta na quantidade de resto ingestão (RI). Fischer, Flor, Zago e Miyahira, (2021) sugerem que o excedente de alimento se correlaciona com a falta de habilidade da unidade em padronizar o porcionamento das refeições servidas aos escolares, o que resulta em uma quantidade de alimentos ofertada superior ao consumido pelos alunos.

Diante disso, em uma pesquisa realizada com 300 crianças e adolescentes, verificou-se que nos anos iniciais o nível de desperdício é superior em comparação aos demais, apresentando o RI per capita médio diário de 256g, o que causa um desperdício suficiente para alimentar outras 514 crianças em um mês com uma porção de 150g de alimentos (SILVA; SCHAUREN, 2018). Desta forma, destaca-se, portanto, a necessidade de maior atenção e cuidado quanto a padronização dos posicionamentos, evitando assim o aumento do desperdício de alimentos.

Algumas falhas durante a elaboração do cardápio e na produção dos alimentos são cometidas, seja pela inadequação do número de nutricionistas na escola, falta de infraestrutura para o preparo e distribuição das refeições, baixa aceitação dos alimentos ou alterações dos cardápios planejados no momento do preparo. Nesse sentido, as inadequações de cardápios podem comprometer o aporte energético e nutritivo dos alunos, podendo levar a prejuízos no desenvolvimento, crescimento e no rendimento do escolar (ANTUNES; SILVEIRA; GUIMARÃES; SOARES, 2020)

Para avaliar a qualidade do cardápio, uma ferramenta validada no Brasil é o método de Avaliação Qualitativa das Preparações do Cardápio (AQPC), que indica quais são os aspectos positivos e negativos sobre percepções sensoriais dos cardápios escolares. Os autores reforçam que a utilização dessa ferramenta quando aplicada em conjunto a uma intervenção nutricional mostrou-se um investimento benéfico e acessível para a escola além de proporcionar conhecimento aos professores e alunos sobre a alimentação (SOUZA *et al.,* 2019a; SILVA NETO *et al*., 2023).

Portanto, a adesão e/ou aceitação da alimentação escolar pelas crianças têm como fatores de influência a condição da distribuição da refeição na unidade escolar, onde devem ser levados em consideração aspectos socioculturais, estruturantes e de equipamentos e utensílios usados, os quais podem contribuir para a boa aceitação dos cardápios (SOUZA; ROSAS; ALMEIDA; SANTOS; LIMA, 2018).

Na escola uma forma de avaliação da seletividade de alimentos consumidos pode ser expressa por indicadores de aceitabilidade, cada preparação ou alimento do cardápio para ser considerado



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA
ISSN 2763-8405

aceito, deve apresentar no mínimo 85% de aceitação para teste de escala hedônica e valores inferiores a 10% de Resto-Ingestão (RI) (MEC, 2017).

Souza *et al.,* (2018) em seu estudo, observaram o desperdício médio de alimentos em creches, no estado de Alagoas, com 68% dos 85 alimentos ou preparações ofertadas com o IR superior a 10%. Já nos centros de educação infantil de Maceió-AL, Brasil, relataram o RI de 68% indicando a baixa aceitação das preparações, além dos cardápios analisados não estavam de acordo com as recomendações do PNAE (SOUZA *et al*., 2018).

Diante disso, destaca-se a necessidade de processos de formação permanentes para os profissionais, também a comunicação das ações dos gestores locais para ampliar a atuação do nutricionista no cumprimento de suas atividades, contribuindo para o suporte adequado às necessidades alimentares e nutricionais dos escolares, com atenção a cultura alimentar local e demandas específicas da unidade escolar (CFN, 2018).

Ausência de nutricionistas no âmbito escolar e suas implicações no cumprimento dos objetivos do PNAE

Para alcançar todos esses parâmetros exigidos pelo PNAE, faz-se indispensável a presença do nutricionista no ambiente escolar, promovendo experiências alimentares positivas dentro da escola contribuindo para promoção de hábitos saudáveis. As atribuições do nutricionista dentro do PNAE e a recomendação de nutricionistas em uma escola precisa estar de acordo com o número de alunos, tendo um profissional para o atendimento de até 400 alunos do ensino infantil e até 500 do ensino fundamental e médio. (CFN, 2018).

Entretanto, na prática, a realidade vem se mostrando de forma distinta (SOUZA *et al.,* 2019a). Na região Sul do país, ao investigar a demanda de nutricionistas necessários nos municípios, verificaram que 71,6% possuíam algum déficit da presença e atuação desses profissionais (AFONSO; SANTOS; FIALHO; CASALI; JACOBSEN, 2021). Essas incompatibilidades entre carga horária semanal, demanda local e atribuições obrigatórias a serem realizadas implicam na qualidade da execução do PNAE. (RAPHAELLI; PIVA; LINDEMANN; GRANADA, 2018).

Dessa forma, é possível afirmar que a falta de profissionais é uma das maiores dificuldades no cumprimento das metas do programa, ainda que o número de nutricionistas cadastrados no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) entre os anos de 2003-2011 tenha aumentado de 12% para 79%, o que é um crescimento considerável, ainda havia um déficit de 1.145 municípios brasileiros sem nutricionistas atuando no PNAE em 2011, o que corresponde a 20% dos municípios brasileiros (CHAVES; SANTANA; GABRIEL; VASCONCELOS, 2013).

Em um estudo realizado com municípios do Sul do Brasil, foram observados déficit no cumprimento dos serviços elencados ao nutricionista pela legislação. Atividades como a idealização do cardápio a partir do diagnóstico nutricional, o perfil epidemiológico do local, a não realização de fichas técnicas de preparo como padronização e a falta de implementação do Manual de Boas Práticas



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA
ISSN 2763-8405

nas escolas foram as funções menos realizados pelos profissionais (CORRÊA; ROCKETT; ROCHA; SILVA; OLIVEIRA, 2017).

Falta de ações educativas promotoras da aceitação alimentar em escolas

Uma forma de minimizar esses obstáculos que o programa apresenta é o uso da educação alimentar e nutricional (EAN) que é definida por ações educacionais dentro do âmbito escolar que devem ser conduzidas por um nutricionista. Estas ações ajudam o aluno a pensar no ato de se alimentar, não apenas como uma atitude inconsciente, mas também como uma forma de expressar pensamentos, vivência social e autonomia (SILVA; MONEGO; SOUZA; ALMEIDA, 2018).

De acordo com uma pesquisa realizada na cidade de Planalto (RS), com pais de escolares com alergias e preferências alimentares, que buscou investigar a opinião e satisfação referente a alimentação que seus filhos recebem no âmbito escolar, foi observado que os escolares estavam satisfeitos com a alimentação especial oferecida. Desse modo é perceptível a importância da comunicação entre a família e a escola, e como é fundamental a atuação do nutricionista para melhorias das condições de saúde dos escolares (SZINWELSKI; LOPES; TAGLIETTI, 2019).

No momento em que o nutricionista coordena uma ação educativa dentro da escola, ele consegue orientar alunos, professores e funcionários, viabilizando rodas de conversas, propondo estratégias educativas e maximizando o resultado da intervenção (GARGIULO; MELLO, 2021) em seu estudo, conseguiram aplicar a conscientização de hábitos alimentares mais saudáveis, não só com os alunos, mas como os pais também. Desse modo, é evidente a necessidade e importância da presença desse profissional no ambiente escolar. Em estudo realizado com alunos do sexto e sétimo anos em Nampula-Moçambique, se verificou que as escolas carecem de programas educativos que melhorem a consciência alimentar e a qualidade nutricional das escolhas alimentares dos alunos (FALUME, 2023).

Dificuldades de infraestrutura e fiscalização dos gestores do programa

A literatura aponta que todas as fases do exercício do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) são limitadas, de modo que tanto o funcionamento quanto o alcance de recursos repassados pelo FNDE podem ser comprometidos. Destaca-se assim que é de fundamental importância e responsabilidade que o CAE se mantenha ativo no plano de execução, elaboração e consolidação de estratégias envolvendo o PNAE (PEDRAZA; MELO; SILVA; ARAÚJO 2018), proporcionando assim a garantia do acesso e fornecimento da alimentação adequada aos escolares.

A falta de infraestrutura nas áreas de armazenamento, preparo e distribuição de refeições, bem como o número insuficiente de nutricionistas para realizar as visitas técnicas e para atendimento à demanda local têm sido fatores observados em municípios brasileiros (ROCHA *et al*., 2018).

Alinhado a isso, destaca-se também a dificuldade encontrada pelo CAE no desenvolvimento de suas atividades e ações, impactadas negativamente pela resistência de merendeiras as capacitações, a dificuldades para entrega/recebimento de insumos pelos municípios, a ausência de

ações educativas e baixa adesão do cardápio (ROCHA *et al.,* 2018). Esses fatores se correlacionam a ausência do nutricionista e autonomia necessários ao desenvolvimento adequado das funções e atividades desse órgão colegiado.

Estigma social negativo da alimentação escolar considerada de caráter assistencialista

Em uma escola municipal do Rio de Janeiro, em uma pesquisa com o objetivo de identificar as percepções dos alunos sobre a alimentação escolar, verificou-se que os entrevistados tinham vergonha de consumir as refeições e de estar na fila da merenda. Além do mais, consideram que as refeições eram destinadas para atendimento de "pobres". (GREENWOOD; FONSECA, 2018). A associação da alimentação escolar com a imagem do "pobre e necessitado" é uma visão dos escolares como uma relação de poder entre os que compram nas cantinas escolares, os que trazem lanches de casa e os que consomem a alimentação escolar de forma gratuita (CESAR *et al.,* 2018; SILVA; AMPARO-SANTOS; SOARES, 2018).

Diante do exposto faz-se necessário o combate a práticas excludentes evidenciadas a partir da formulação de opiniões que influenciam diretamente nas escolhas alimentares saudáveis pelos alunos. Esses são prejudicados à medida que se sentem oprimidos, constrangidos, vulneráveis e inferiorizados, estando contrários ao objetivo do programa de oferecer uma alimentação saudável baseada na regionalidade, proporcionando uma identidade alimentar no ambiente escolar sem distinção social (FAVARETTO, 2021).

4 CONSIDERAÇÕES

Pode-se constatar que, a partir dos resultados analisados, são seis fatores que interferem na aceitação da alimentação escolar: as atitudes comportamentais e preferências alimentares das crianças; inadequações de cardápios nas escolas e falta de padronização; ausência de nutricionistas nas escolar; falta de ações educativas para a aceitação da alimentação escolar; dificuldades de estrutura e fiscalização e o estigma social negativo da alimentação escolar considerada de caráter assistencialista.

Destaca-se ainda, a escassez de estudos voltados à análise e avaliação dos fatores que influenciam a aceitação da alimentação escolar, sendo, portanto, um campo promissor a ser explorado tanto pela academia quanto pelos profissionais atuantes na área.

REFERÊNCIAS

AFONSO, C. J.; SANTOS, L. V.; FIALHO, C. J.; CASALI, J. M.; JACOBSEN, L. P. Avaliação da execução do programa nacional de alimentação escolar em municípios do Tocantins. **Revista eletrônica de extensão**, Florianópolis, v. 18, n. 38, p. 29-43, 2021. DOI: https://doi.org/10.5007/1807-0221.2021.e72201.

ALVES, G. M.; CUNHA T. C. O. A importância da alimentação saudável para o desenvolvimento humano. **Revista Perspectivas Online: Humanas & Sociais Aplicadas**, v. 10, n. 27, p. 46-62, 2020.



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA
ISSN 2763-8405

Disponível em: https://ojs3.perspectivasonline.com.br/humanas_sociais_e_aplicadas/article/view/1966/1661.

ANTUNES, A. E. W.; SILVEIRA, L. R.; GUIMARÃES, N. S.; SOARES, A. D. N. Avaliação da adequação nutricional de cardápios escolares em uma instituição da rede pública de ensino na região Sudeste de Minas Gerais. **Revista do Instituto Adolfo Lutz**, v. 79, p. 1-8, 2020. Disponível em: https://periodicos.saude.sp.gov.br/index.php/RIAL/article/download/36161/34471

BRASIL. **Lei Nº 11.947, de 16 de Junho de 2009**. Conversão de Medida Provisória nº 455, de 2008. Brasília, DF: Casa Civil, 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional da Educação. Manual para aplicação dos testes de aceitabilidade no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). 2. ed. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/pnae/pnae-area-gestores/pnae-manuais-cartilhas/item/5166-manual-para-aplica%C3%A7%C3%A3o-dos-testes-de-aceitabilidade-no-pnae

CESAR, J. T.; VALENTIM, E. A.; ALMEIDA, C. C. B.; SCHIEFERDECKER, M. E. M.; SCHMIDT, S. T. Alimentação Escolar no Brasil e Estados Unidos: uma revisão integrativa. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 3, p. 991-1007, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232018233.01582016.

CFN. **Resolução CFN n. 600, de 25 de fevereiro de 2018**. Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, indica parâmetros numéricos mínimos de referência, por área de atuação, para a efetividade dos serviços prestados à sociedade e dá outras providências. Brasília-DF: CFN, 2018. Disponivel em: https://www.cfn.org.br/wp-content/uploads/resolucoes/Res_600_2018.htm.

CHAVES, L. G.; SANTANA, T. C. M.; GABRIEL, C. G.; VASCONCELOS, F. A. G. Reflexões sobre a atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar no Brasil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 18, n. 4, p. 917-926, 2013. Disponivel em: https://doi.org/10.1590/S1413-81232013000400003.

CORRÊA, R. DA S.; ROCKETT, F. C.; ROCHA, P. B.; DA SILVA, V. L.; OLIVEIRA, V. R. Atuação do Nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar na Região Sul do Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], v. 22, n. 2, p. 563-574, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232017222.09622016.

DA SILVA NETO, Jeronimo Gregorio et al. IMPORTÂNCIA DO NUTRICIONSITA EM AÇÕES DE EDUCAÇÃO ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO ÂMBITO ESCOLAR. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar**, v. 4, n. 4, p. e443030-E443030, 2023.

FALUME, Delfina de Fatima Sebastião. INFLUÊNCIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS NATURAIS NOS HÁBITOS ALIMENTARES DOS ALUNOS DO ENSINO PRIMÁRIO DAS ZONAS SUBURBANAS DA PROVÍNCIA DE NAMPULA. **RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar**, v. 4, n. 1, p. e412694-e412694, 2023.

FAVARETTO, L. **Determinantes Socioenocômicos do consumo de alimentação escolar**: uma análise a partir dos dados da PeNSE 2015. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso de Ciências



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA
ISSN 2763-8405

Econômicas, Entro de Ciências Sociais e Humanas) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2021. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/20575/Favaretto_Leticia_2021_TCC.pdf?sequence=1&isAllowed=y

FISCHER, C. C.; FLOR, K. O.; ZAGO, L.; MIYAHIRA, R. F. Gastronomic strategies to improve acceptability of hospital diets: A brief review. **Magazine Research, Society and Development**, v. 10, n. 5, 2021. Disponível em: https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/15138/13557

GARGIULO, A. H.; MELLO, A. P. de Q. Experiência de implantação de um programa de Educação Alimentar e Nutricional em pré-escolares. **Revista o Mundo da Saúde**, v. 45, p. 162-174, 2021.

GREENWOOD, R. L.; FONSECA, A. B. Alimentação na escola: Significados e possibilidades do comer e da comida para a promoção dos direitos humanos. **Revista Interdisciplinar dos Direitos Humanos**, v. 6, n. 1, p. 103-127, 2018.

GUIMARÃES, A. R. D. Análise quali-quantitativa da alimentação escolar na rede de ensino em um município baiano. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 5, p. 15054-15064, 2020. Disponível em: doi:10.34119/bjhrv3n5-290

JIMENO-MARTÍNEZ, A.; MANESCHY, I.; RUPÉREZ, A. I.; MORENO, L. A. Factores determinantes del comportamiento alimentario y su impacto sobre la ingesta y la obesidad en niños. **Journal of Behavior and Feeding**, v. 1, n. 1, p. 60-71, 2021. Disponível em: http://148.202.248.171/revistaiican/index.php/JBF/article/view/20/8

LANAJO, L. S. La alimentación en el aula de educación infantil propuesta didáctica. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Infantil) - Universidad de Valladolid, Valladolid, Espanha, 2021. Disponível em: https://uvadoc.uva.es/handle/10324/49026

MACHADO, C.O.; HÖFELMANN, D. A. Cantinas de escolas estaduais de Curitiba/PR, Brasil: adequação à lei de regulamentação de oferta de alimentos. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], v. 24, n. 10, p. 3805-3814, 2019. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-812320182410.00272018

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia Alimentar para a população Brasileira**. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/guia_alimentar_populacao_brasileira_2ed.pdf.

PEDRAZA, D. F.; MELO, N. L. S.; SILVA, F. A.; ARAÚJO, E. M. N. Avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar: revisão da literatura. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 5, p. 1551-1560, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232018235.17832016.

PEREIRA, R. P.; NUNES, R. M.; MOREIRA, B. A importância da educação alimentar e nutricional para alunos de séries iniciais. **Lynx Periodicos UFJF**, v. 1, n. 1, 2020. Disponivel em: https://doi.org/10.34019/2675-4126.2020.v1.25591

RAPHAELLI, C. O.; PIVA, T. P.; LINDEMANN, I. L.; GRANADA, G. G. Adequação numérica de nutricionista, perfil de cardápios, número de alunos nos serviços de alimentação escolar do sul do Rio Grande do Sul. **Revista Semina: Ciências Biológicas e da Saúde**, v. 39, n. 1, p. 9-18, 2018. Disponivel em: https://doi.org/10.5433/1679-0367.2018v39n1p9.



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA
ISSN 2763-8405

ROCHA, N. P.; FILGUEIRAS, M. S.; ALBUQUERQUE, F. M.; MILAGRES, L. C.; CASTRO, A. P. P.; SILVA, M. A.; COSTA, G. D.; PRIORE, S. E.; NOVAES, J. F. Analysis of the national school feeding program in the municipality of Viçosa, state of Minas Gerais. **Revista Saúde Pública**, v. 52, n. 16, 2018. Disponivel em: https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2018052007090.

SÁNCHEZ, E. E. C. Referentes Conceptuales para el abordaje de la salud y la educación alimentaria y nutricional em la escuela. **Revista de Comunicación y Salud**, v. 10, n. 1, p. 1-17, 2020. Disponível em: http://doi.org/10.35669/rcys.2020.10(1).1-17

SILVA, C. M. Comportamento alimentar infantil e atitudes parentais face a alimentação das crianças. *In:* **Actas do 12º Congresso Nacional de Psicologia da Saúde**, Lisboa, ISPA, 2018. Disponível em: https://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/6417/1/12CongNacSaude_231.pdf

SILVA, D. B., SCHAUREN, B. C. Avaliação do desperdício de alimentos em uma instituição de educação infantil e fundamental do interior do Rio Grande do Sul. **Revista Uningá**, v. 55, n. 2, p. 47-58, 2018. Disponivel em: http://revista.uninga.br/index.php/uninga/article/view/2059.

SILVA, E. O.; AMPARO-SANTOS, L.; SOARES, M. D. Alimentação escolar e constituição de identidades dos escolares: da merenda para pobres ao direito à alimentação. **Cadernos de Saúde Pública,** v. 34, n. 4, p. e00142617, 2018. Disponivel em: https://doi.org/10.1590/0102-311x00142617.

SILVA, S. U.; MONEGO, E. T.; SOUZA, L. M.; ALMEIDA, G.M. As ações de educação alimentar e nutricional e o nutricionista no âmbito do Programa Nacional de Alimentação escolar. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, 2018. Disponivel em: https://www.scielo.br/j/csc/a/K5cbPVhd3tn4gPwQQmYg5km/?lang=pt&format=html.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Departamento Científico de Nutrologia. **Manual de orientação departamento de nutrologia**: Alimentação do lactente ao adolescente, alimentação na escola, alimentação saudável e vínculo mãe-filho, alimentação saudável e prevenção de doenças, segurança alimentar. 3. Ed. Rio de Janeiro: SBP, 2012. Disponível em: https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/pdfs/14617a-PDManualNutrologia-Alimentacao.pdf

SOUZA, A. M.; ROSA, L. V.; ALMEIDA, R.; SANTOS, V. S.; LIMA, R. A. Análise de aceitação e rejeição da merenda escolar oferecida aos alunos do ensino básico do município de Atalaia do Norte-AM, Brasil. **South American Journal of Basic Education, Technical and Technological**, v. 5, p. 339-348, 2018.

SOUZA, C. A. N. de et al. Adequação nutricional e desperdício de alimentos em Centros de Educação Infantil. **Ciência & Saúde Coletiva** [online], v. 23, n. 12, p. 4177-4188, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-812320182312.30742016

SOUZA, C. A. N.; LONGO-SILVA, G.; MENEZES, R. C. E.; ARAUJO, A. C.; TOLONI, M. H. A.; OLIVEIRA, M. A. A. Adequação nutricional e desperdício de alimentos em Centros de Educação Infantil. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 12, p. 4177-4188, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-812320182312.30742016.

SOUZA, L. M.; MARTINS, K. A.; SOUZA, B. G. A.; ALEXANDRE, V. P.; MARQUES, T. P.; OLIVEIRA, G. A. L. Atuação do nutricionista no Programa Nacional de Alimentação Escolar em municípios goianos. **Revista da Associação Brasileira de Nutrição**, v. 10, n. 1, p. 66-71, 2019a. Disponivel em: https://www.rasbran.com.br/rasbran/article/view/864.



RECISATEC – REVISTA CIENTÍFICA SAÚDE E TECNOLOGIA
ISSN 2763-8405

SOUZA, V. R.; FERREIRA, A. B.; SÃO JOSÉ, J. F. B.; SILVA, E. M. M.; SILVA D. A. Influence of intervention on the menu's nutritional and sensory qualities and on the food waste of children's education center. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 24, n. 2, p. 411-418, 2019b. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/1413-81232018242.02362017.

SZINWELSKI, N. K.; LOPES, K.; TAGLIETTI, R. L. Escolares com necessidades alimentares especiais: o papel da família e da escola. *In*: **Congresso Internacional em Saúde**, n. 6, may 2019. Disponível em : https://www.redalyc.org/journal/5708/570864390024/html/